

# Sumário

<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	XI
<b>Prefácio</b> .....	1
<b>Introdução</b> .....	5
<b>1. Expansão do Direito Penal</b> .....	23
1.1 Características da expansão do direito penal .....	23
1.2 Causas da expansão do direito penal.....	25
1.3 Consequências político-criminais e dogmáticas .....	35
1.4 O discurso de resistência da Escola de Frankfurt.....	42
<b>2. A Criminalização da Lavagem de Capitais como Produto da Expansão do Direito Penal</b> .....	53
2.1 Histórico e conceito.....	53
2.2 Lavagem de capitais e expansão do direito penal: bem jurídico difuso e crime de perigo abstrato .....	56
2.3 Outros sintomas da expansão do direito penal no tratamento jurídico da lavagem de capitais.....	62
<b>3. A Influência do Discurso de Modernização do Direito Penal na Criminalização da Lavagem de Capitais</b> .....	65
3.1 A diferença entre expansão e modernização .....	65
3.2 A contribuição de Bernd Schünemann: direito penal da classe baixa e direito penal da classe alta .....	66
3.3 A contribuição de Luis Gracia Martín: a luta pelo discurso histórico-material da criminalidade .....	71
3.4 A contribuição de Bernardo Feijóo Sánchez: o direito penal liberal da ilustração como mito .....	88

3.5 Discurso de modernização do direito penal e lavagem de capitais .....	91
<b>4. A Pressão Internacional pela Criminalização da Lavagem de Capitais no Brasil.....</b>	<b>93</b>
4.1 A Convenção de Viena de 1988 .....	93
4.2 A força impositiva das Recomendações do GAFI.....	96
4.3 Internacionalização, transnacionalização e americanização do direito penal .....	102
4.4 A incapacidade de reação às pressões internacionais.....	108
<b>5. O Princípio da Subsidiariedade e o Problema com o Discurso de Modernização do Direito Penal .....</b>	<b>113</b>
5.1 Breve síntese sobre a origem do poder estatal de punir .....	113
5.2 Estado liberal e direito penal .....	116
5.3 Estado social e direito penal.....	121
5.4 O problema com o discurso de modernização do direito penal.....	126
<b>6. Uma Proposta de Controle Judicial do Caráter Subsidiário da Tutela Penal.....</b>	<b>133</b>
6.1 Controle de constitucionalidade baseado no nível de intensidade da norma interventiva.....	133
6.2 A experiência brasileira com o controle de constitucionalidade baseado no nível de intensidade da norma interventiva .....	140
6.3 A incapacidade de o Poder Judiciário exercer o controle de constitucionalidade das normas penais por ausência de fundamentação do ato legislativo.....	149
6.4 Perspectiva realista sobre o ônus argumentativo do legislador e presunção de inconstitucionalidade da norma penal prematura.....	153
<b>Conclusão .....</b>	<b>163</b>
<b>Referências .....</b>	<b>169</b>